

## FUNDIÇÃO: O CONCURSO LITERÁRIO PARA OPERÁRIOS PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 1944

*Adriano Luiz Duarte*<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o objetivo de analisar o romance *Fundição*, premiado no segundo concurso nacional de romance e teatro promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1944. Refletindo sobre a relação entre história, literatura e sociedade, o estudo toma o romance, simultaneamente, como produto e produtor do seu tempo e contexto. Assim, coloca em foco o Estado Novo e a centralidade adquirida pelo mundo do trabalho no momento em que o fim do regime se anunciava.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, literatura, Estado Novo.

**ABSTRACT:** This paper aims at analyzing the novel *Fundição*, the winner of the first national contest for novels and plays promoted by the Ministry of Labor, Industry and Commerce in 1944. The study addresses the relation between history, literature and society and examines the novel as both a product and a producer of its time and context. Thus, the paper focuses on the *Estado Novo* and the central role played by the world of labor at the decline of this political moment.

**KEYWORDS:** labor, literature, *Estado Novo*.

---

<sup>1</sup> Adriano Luiz Duarte, professor de história do Brasil Republicano e história contemporânea na Universidade Federal de Santa Catarina, professor do programa de pós-graduação e pesquisador do CNPq.

(...) quando as obras estavam sendo feitas, seus autores muitas vezes pareciam estar sozinhos, isolados. No entanto, muitas vezes, quando essa *estrutura de sentimento* tiver sido absorvida, são as conexões, as correspondências, e as semelhanças de época que mais saltam à vista. O que era uma estrutura vivida é agora uma estrutura registrada, que pode ser examinada, identificada e generalizada. (WILLIAMS, 1987:18)

Em 13 de janeiro de 1944, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio publicou a portaria ministerial nº 1, estabelecendo as bases para a segunda edição do “concurso de romance e comédia”. Justificava-se a nova edição ressaltando o “extraordinário interesse” despertado pela primeira edição, dois anos antes.<sup>2</sup> As considerações preliminares repetiam a portaria de 1942, avaliava que o problema da educação do operário “merece a atenção do estado e que os escritores nacionais já foram considerados a colaborar diretamente na reforma espiritual do Brasil, no sentido de trazer às novas classes trabalhadoras a sua mensagem de luz e de beleza.” (Boletim MTIC, n. 114) A nova edição do concurso não trazia grandes novidades. O concurso era aberto a todos os escritores brasileiros, enfatizava-se que a linguagem deveria ser acessível aos trabalhadores, além de educativa. Os temas abordados deveriam ter um “sentido construtivo, de sadio otimismo e de animação das virtudes humanas”. Os premiados no concurso anterior poderiam se inscrever em ambas as categorias nessa nova edição. Os prêmios continuavam com os mesmos nomes e valores da edição de 1942 e também se prometia a publicação, em volume único, da peça e do romance vencedores do primeiro lugar; bem como a montagem da peça no Natal do mesmo ano.<sup>3</sup> A novidade, que se confirmaria na divulgação final

---

<sup>2</sup> Sobre o concurso de 1942, ver: (DUARTE, Adriano, 2015:544-570).

<sup>3</sup> O primeiro lugar receberia 20.000 contos de réis; o segundo e terceiro, 5.000 cada um. Além dos prêmios em dinheiro, haveria também três menções honrosas para cada categoria, agraciadas com medalhas de ouro. Todos os prêmios homenageavam os responsáveis pela construção e consolidação do MTIC (Ministério do Trabalho Indústria e Comércio): o primeiro prêmio, na categoria romance, Getúlio Vargas, e na categoria teatro, Darcy Vargas. Os segundos e terceiros prêmios, respectivamente: Lindolfo Collor e Salgado

dos resultados, estava no fato de se a comissão do concurso “entender que em determinado prêmio não haja obra que se recomende ao mesmo, poderá não o conceder, acrescentando, então, a quantia respectiva, em rateio, aos demais prêmios.” De fato, a edição em livro dos premiados traz apenas o romance *Fundição*, não sendo premiada nenhuma peça de teatro.

*Fundição* foi escrito por Leão Machado de Sales, nascido em Itápolis, SP, em 7 de maio de 1904, filho de Venâncio Antônio Machado e Rita Amélia Machado e estudou sociologia rural na universidade da Califórnia, nos EUA.

Estreou na literatura em 1928, com o conto *Cecília*, na feira literária de Herculano Vieira. Em 1929, fundou o Jornal Itápolis. Foi diretor administrativo do Instituto Agrônômico de Campinas, na gestão Teodoreto de Camargo, tornando-se seu chefe de gabinete quando ele foi alçado a Ministro da Agricultura em 1945/1946. Foi também chefe de gabinete do governador Laudo Natel, em São Paulo, em 1966. Ocupou a cadeira n° 38 da Academia Paulista de Letras. (MELO, 1954: 561 e MENEZES, 1969: 746)

## O romance

*Fundição* conta a história de Francisco, operário da metalúrgica Jaraguá, localizada no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, em um momento definido vagamente em torno de 1936, ano da criação do Instituto de Aposentadoria dos Industriários, (através da Lei nº 367, de 31 de dezembro). Por isso, o tema central do romance põe em destaque dois momentos: o primeiro, anterior à criação do Instituto, expressa o desamparo vivido pelos trabalhadores na velhice, abandono que pesa como um fardo sobre todos os membros de uma família; o segundo, quando o direito à aposentadoria passa a significar não apenas um reconhecimento pelos trabalhos prestados à sociedade, mas também um alívio para os membros familiares.

---

Filho, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão. As medalhas de ouro homenageariam os seis institutos de aposentadoria e pensões: bancários, comerciários, estivadores, industriários, marítimos e transportadores de carga. (Boletim do MTIC n. 91, mar., 1942: 74-77).

É na passagem entre esses dois momentos que são apresentados Francisco e seu pai Bernardo, migrantes vindos de Pirassununga para a Capital, na década de 1920. Bernardo tem 65 anos (presume-se que tenha nascido por volta de 1871), está doente, sem forças para trabalhar e é sustentado pelo filho, Francisco, 26 anos (presume-se que tenha nascido por volta de 1910). Ambos moram na casa do irmão mais novo de Bernardo, Vicente, e de sua esposa Margarida. Bernardo foi operário na indústria têxtil desde os tempos de Pirassununga. Vicente e Francisco trabalham na *Fundição Jaraguá*, aquele como chefe de sessão, este como torneiro mecânico.

Vicente é um exímio mecânico que compreende o funcionamento de todas as máquinas que operam na fundição, é muito criativo e está envolvido com o planejamento e a produção de uma inovadora descaroçadora de algodão e de um novo tipo de fogareiro, trabalhos que renderão altos lucros aos proprietários da *Fundição*, a primeira, e o segundo, facilidades para sua mulher na condução da casa. As duas invenções cumprem um papel complementar na trama: o descaroçador é a materialização da união, e de suas possibilidades criativas e inovadoras, entre o capital e o trabalho, pois em todas as etapas da execução da máquina, os operários e o “patrão” trabalham juntos. O fogareiro, por outro lado, é planejado e executado apenas por Vicente e expressa suas habilidades individuais, mas que só podem alcançar uma dimensão significativa e concreta quando coordenadas por quem sabe comandar: o patrão.

O enredo se concentra no projeto e na realização dessas duas máquinas, suas dificuldades na execução do projeto, as seguidas operações de ajuste, a descrição do dia a dia dos operários no chão da fábrica e o envolvimento de várias sessões diferentes da metalúrgica na produção da descaroçadora. Em paralelo ao progresso com as máquinas, o romance apresenta o círculo de relações de Francisco, em que vida de fábrica e a de bairro se confundem: Diego, o espanhol chefe geral da oficina; Ítalo, o chefe da tornearia; Terezinha, sua namorada, e o irmão dela, Manoel, também operário da fundição; seu sogro, o motorneiro Antônio, e sua sogra, D. Augusta; e os vários colegas de trabalho.

Oswaldo, o farmacêutico mulherengo que protagonizará uma cena de crime ao se envolver com a mulher de Diego, D. Mercedes; Cristina, a vizinha que nutre por Bernardo uma paixão secreta; Caldas, o tintureiro que sonha em se tornar cantor de rádio. As domingueiras de dança no salão Lira, na Avenida Rangel Pestana, a festa de São Vito, na Rua da Figueira. Enfim, a sociabilidade operária é pontuada dentro e fora da fábrica, tendo o bairro do Brás como cenário de sua efetivação.

### **Custo de vida**

O problema mais recorrente no romance *Fundição*, porque aparece em todos os capítulos e, de forma direta ou indireta, na boca dos mais variados personagens, é o problema da alta do custo de vida. Alguns exemplos: Vicente, tio de Francisco, decide fazer o novo modelo de fogareiro “para ganhar uns cobres extraordinários” (p. 15), afinal, “a gente ganha pouco e a vida está pela hora da morte (...). Quando vim do interior para cá, se ganhava um ordenado muito menor do que hoje, e dava. Hoje, é um horror de vida cara!” (p. 16). E concluía seu raciocínio imaginando como fariam os trabalhadores da indústria têxtil que ganhavam ainda menos do que os trabalhadores do ramo metalúrgico. Francisco encontrava-se dividido entre o desejo de se casar com Teresinha e a necessidade de sustentar o pai doente e sem acesso ao recém-criado Instituto de Aposentadoria dos Industriários. Passando em frente a uma loja na Avenida Rangel Pestana, Teresinha se enamora de uma combinação de jérsei cor de rosa exposta na vitrine:

- Você gosta daquela combinação, Francisco?
- É bonita. Quanto será que custa?
- No mínimo oitenta mil réis. Mais da metade do que ganho num mês na Tecelagem, trabalhando das sete da manhã às quatro da tarde! Vida besta! (...) As coisas estão por um preço louco! (p. 36)

Os preços de todos os produtos, do vestuário à alimentação, na opinião de todos os personagens, haviam aumentado exageradamente, mas era na hora de comprar medicamentos

que o impacto era mais sentido. Assim, em várias passagens, os doentes simplesmente deixam de frequentar a farmácia, recorrendo a remédios caseiros: “remédio agora anda muito caro!”, disse Bernardo para D. Margarida, que respondeu: “Hoje fui comprar um remedinho para mim e fiquei espantada. Sempre custou quatro mil réis, agora está custando cinco e quinhentos”. O diálogo entre eles continua: “Não sei por que o governo não dá um jeito nisso. Que coisas de luxo custem dinheiro, vá – luxo é coisa só para gente rica. Mas remédio, pobre também não tem que gastar...” E D. Margarida conclui: “Olhem o macarrão que custava mil e duzentos, agora está a mil e quinhentos. É um horror! (p. 44). A sensação geral da alta do custo de vida era acompanhada pela constatação de que se trabalhava mais horas e mais intensamente. Vicente comenta com seu irmão, Bernardo:

Todos os dias tem novas encomendas (...) estão querendo ajustar mais três mecânicos, um para a tornearia e dois para a montagem (...) Os operários metalúrgicos até que ganham bem. Mas a vida está cara demais. E tudo encareceu de repente. Há quatro anos eu ganhava menos do que hoje e chegava para ir tocando. Hoje não dá para nada (p. 111).

Certamente não era equivocada a constatação do aumento do custo de vida. As exigências para o financiamento do Estado de Guerra, decretado em agosto de 1942, bem como as restrições internacionais ao crédito e à circulação de mercadorias pressionavam os preços, ao mesmo tempo em que criavam novas condições para a expansão da indústria e do aumento dos lucros. É nessa conjuntura que as restrições aos direitos sociais, recentemente estabelecidos pela CLT, contribuem para agravar ainda mais as já difíceis condições de vida.

Pesquisa realizada em 1944 sobre as condições de vida entre motoristas, operários e contínuos da Prefeitura de São Paulo apontou que o custo de vida subira 88% entre 1939 e 1944. A alimentação consumia 54,12% das receitas totais de uma família operária; outros 15,33% eram gastos na habitação; 10,56% no vestuário e a educação consumia 0,52% da receita familiar. Os 5,99%, restantes correspondiam a “despesas diversas”, aí

incluídos os gastos com recreação. A pesquisa mostrava que as reclamações expostas em *Fundição* não eram exageradas, o aumento médio com alimentação, nesse quinquênio, foi da ordem de 100%; com vestuário foi de 111%; com artigos de limpeza doméstica 133%; e com combustível – basicamente querosene para a iluminação das casas e carvão para a preparação dos alimentos, para aquecer a água do banho e para passar roupa – foi de 210%. A conclusão da pesquisa não podia ser outra: “podemos afirmar que o nível de vida da classe operária de São Paulo, ao que se assemelha de motoristas, operários, contínuos e serventes da prefeitura, é baixo e que o seu custo duplicou nestes últimos anos”<sup>4</sup>. Um panorama mais completo das condições gerais de custo-de-vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo pode ser apresentado na tabela abaixo:

Relação das despesas entre operários e contínuos da prefeitura de São Paulo tendo os meses de junho de cada ano como referência e a base média dos preços de 1939=100. (ARAÚJO, 1947:7 e segs.)

Itens de Despesa	Ano					
	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Alimentação	101,5%	106,8%	127,2%	135,9%	146,4%	199,6%
Habitação	100,0%	100,0%	100,9%	101,2%	103,6%	103,6%
Vestuário	100,1%	106,3%	121,7%	142,8%	177,3%	210,7%
Combustível	97,7%	11,2%	107,1%	172,1%	196,6%	109,6%
Assistência médico-dentária	99,9%	106,3%	117,1%	134,0%	137,3%	182,6%
Fumo	100,0%	100,0%	119,0%	119,0%	100,0%	160,0%
Artigos de limpeza	101,7%	96,8%	105,1%	128,0%	208,2%	232,7%
Móveis	100,0%	111,0%	118,0%	124,0%	160,0%	246,0%
Transporte	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	104,2%
Despesas diversas	99,2%	104,6%	105,0%	117,6%	117,8%	117,8%
Total	100,8%	105,4%	117,6%	131,2%	146,6%	187,8%

<sup>4</sup> (ARAÚJO, 1947: 12).

Se as condições vinham se deteriorando ininterruptamente, seu agravamento foi acentuado a partir de 1943. Diante da disparada dos preços e da falta generalizada de produtos essenciais, o governo reagiu com duas medidas complementares: estabeleceu como preços máximos permissíveis os valores vigentes em 1º de dezembro de 1942 e reajustou em 25%, nas capitais dos estados, no Distrito Federal e no território do Acre, os valores do salário mínimo; e em 30%, nas demais localidades do país.<sup>5</sup> A situação era bastante difícil, principalmente se levarmos em conta as observações do insuspeito Roberto Simonsen apontando uma queda, entre os anos de 1935 e 1938, de 12,8% no valor médio dos salários em relação ao aumento do custo de vida no país. Tudo indica que entre 1935 e 1944 houve uma contínua e geral deterioração dos salários dos trabalhadores urbanos, agravada por uma forte repressão a qualquer movimento reivindicatório, sendo muito difícil que os trabalhadores mantivessem seu nível de remuneração salarial; e o “Estado não foi apenas conivente, mas eficaz promotor dessa situação” (ALEM, 1981: 237 e 6-9).

No mesmo dia da declaração do Estado de Guerra, o Decreto-lei nº 4.639 autorizou a extensão da jornada de trabalho para dez horas, nas empresas de serviços públicos e naquelas classificadas como de defesa nacional (BMTIC, n. 98, out., 1942)<sup>6</sup>. A situação geral das classes populares foi se deteriorando ainda mais. Criaram-se então as condições legais que justificaram a suspensão de vários dispositivos da legislação trabalhista e da Constituição Federal, principalmente aqueles relacionados aos direitos civis e sociais. A entrada do Brasil na guerra funcionou como uma espécie de ponto de virada, em vários aspectos, e aos poucos foi se pavimentado o caminho para a ampliação

---

<sup>5</sup> Portaria nº 36, de 8/1/1943. BMTIC, n. 102, fev., 1943.

<sup>6</sup> “ocorrendo *necessidade imperiosa*, poderá a duração do trabalho exceder do limite fixado nesta lei, seja para fazer face a *motivo de força maior*, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis. Nas empresas de serviços públicos, ou que interessem à produção e à defesa nacional, mediante prévia autorização do MTIC, poderá ser facultado o trabalho contínuo”. (Grifos meus). Como definir exatamente o que seria “necessidade imperiosa” ou “motivo de força maior”, a não ser a partir das próprias alegações e exigências da direção das empresas?



das “políticas de exceção”, estabelecendo-se a prioridade absoluta para as exigências da segurança nacional em relação às capacidades de produção industrial, pecuária e agrícola. O Decreto nº 4.479, de 15 de julho, no seu artigo 1º, transferia a execução das leis de proteção ao trabalho e todas as atribuições que cabiam às delegacias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio diretamente para as mãos do interventor do estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual do Trabalho, esvaziando-se, assim, as possibilidades de contestação jurídica das medidas impostas pelo esforço de guerra. (BMTIC, n. 96, ago., 1942)<sup>7</sup>

Respondendo a insuficiência dos “reajustes” salariais concedidos em 1942, o governo instituiu, no mês de maio de 1943, o *salário adicional para a indústria*. Na capital do estado de São Paulo, onde o salário mínimo em vigor era de Cr\$ 275,00, o salário adicional foi de Cr\$ 10,00; em Campinas, Cr\$ 5,00. Entretanto, no artigo 6º, o decreto do salário adicional estabelecia que se o empregador tivesse “reais prejuízos”, devidamente comprovados, estaria, *temporariamente*, dispensado do seu pagamento a juízo do serviço de estatística da previdência e do trabalho. A duração da dispensa não poderia exceder a um ano, mas persistindo as causas que a determinaram, poderia ser renovada indefinidamente.

A entrada do Brasil na guerra justificou uma série de medidas que afetaram ainda mais a já debilitada remuneração dos trabalhadores: o desconto de 3% sobre os salários e as comissões destinados à subscrição de guerra. O desconto de 0,5% dos salários destinados à Legião Brasileira de Assistência, a título de contribuição especial. Além dos 4% já descontados como contribuição ao IAPS. “As contribuições praticamente dobraram a cifra deduzida dos salários, sem que isso significasse alguma retribuição econômica real ou fictícia, do tipo que as taxas de previdência possibilitavam.” (ALEM, 1981: 6)

---

<sup>7</sup> Esta curiosa medida pode sugerir que os canais oficiais instituídos pela justiça do trabalho podiam levar a ganhos efetivos, mesmo que limitados, por parte dos trabalhadores, mesmo num regime de exceção. Para um esclarecimento dessa questão ver: (PACHECO, 1996).

Em novembro de 1943, o governo federal alterou o salário mínimo. Na cidade de São Paulo, ele passou de Cr\$ 275,00 para Cr\$ 360,00; no mesmo dia foi alterado o salário adicional para a indústria, que passou de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 30,00. Alguns dias depois, o governo criou o *salário compensação*:

a que teria direito, pelo mesmo serviço prestado, todo trabalhador adulto (...) que perceba remuneração cujo valor se ache compreendido entre o salário mínimo - como limite inferior e o dobro do salário mínimo em vigor na respectiva zona ou região - como limite superior.<sup>8</sup> (BMTIC, n. 96, dez. 1943)

Não é fácil avaliar o impacto de medidas como *salário adicional* e *salário compensação*. Do ponto de vista monetário, ele deve ter sido realmente muito pequeno. Esses “acréscimos” representavam apenas uma parcial reposição das perdas, num momento em que o custo de vida subia rápida e vertiginosamente. Acrescente-se a isso o fato de que se o empregador comprovasse prejuízos ou dificuldades ao serviço de estatística da previdência e trabalho – o que, diga-se de passagem, não era muito difícil – seria indefinidamente dispensado do seu pagamento. O impacto, portanto, dessas medidas foi muito mais simbólico e propagandístico, o que não é pouco. Talvez elas servissem para criar a impressão de que o governo estava atento à disparada dos preços e à crescente inflação.

Em setembro de 1943, o governo suspendeu os dissídios coletivos. Enquanto durasse o Estado de Guerra eles só poderiam ser suscitados depois de uma audiência prévia com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Criou-se também a *Comissão Técnica de Orientação Sindical*, diretamente subordinada ao ministério, cuja função era promover e desenvolver o espírito

---

<sup>8</sup> Decretos n° 5977, n° 5.978 e n° 5979, respectivamente. Segundo Sílvio Alem, somente com este reajuste se alcançou alguma recomposição salarial, salário até então corroído pelo desrespeito aos tabelamentos e pelo crescente câmbio negro. As médias do salário compensação variaram entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00. Alem, Sílvio. op. cit. p. 10.

sindical; divulgar a orientação do governo no tocante à vida e ao funcionamento dos sindicatos; organizar cursos de preparação e orientação para os futuros administradores sindicais, e de especialização para os administradores sindicais em exercício; prestar aos sindicatos toda a colaboração que fosse necessária. Por fim, proibiram-se as atividades e a fundação de quaisquer entidades, por pessoa física ou jurídica, com o objetivo de assistência, orientação cívica ou social, propaganda ou doutrina educacional dos trabalhadores. (BMTIC, n. 110, out., 1943)

A situação se agravou ainda mais quando, em maio 1944, a convite do comitê têxtil do *Combined Production and Resources Board*, formou-se uma comissão de empresários do ramo têxtil que foi a Washington negociar o rateio das cotas de tecido de exportação que caberiam ao Brasil. Segundo o acordo, o Brasil forneceria a *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* e ao *Conseil Français d'Approvisionnement* um total de 137.100.000 metros de tecidos. (STEIN, 1979: 167) Em decorrência do acordo, o setor têxtil, principalmente o algodoeiro, foi declarado *indústria mobilizada*. Tanto os estabelecimentos de produção de fios naturais quanto sintéticos, tecelagens, malharias e acabamentos passaram a obedecer a determinações militares e, em muitas deles, nos bairros do Brás e da Mooca, oficiais das forças armadas determinavam o ritmo e a cadência do trabalho. (Decreto-lei nº 6.688 e BMTIC, n. 120, ago., 1944).

A *Comissão Executiva Têxtil*, encarregada de fiscalizar o cumprimento da legislação de exceção, poderia transferir qualquer trabalhador de um estabelecimento para outro, de acordo com as necessidades do esforço de guerra. Além disso, nenhum empregado dos ramos industriais mobilizados poderia mudar de emprego sem a prévia autorização do órgão competente no MTIC, sob pena da acusação de deserção; e nenhum empregador poderia contratar qualquer trabalhador sem o atestado liberatório concedido pela comissão. Essa mesma comissão autorizou o trabalho noturno para mulheres e menores de dezesseis anos, com duração de oito horas; o prolongamento das jornadas diárias, de todos os trabalhadores, para dez horas; turnos dobrados e a suspensão do direito de férias.

A *Comissão Executiva Têxtil* era composta por oito delegados sindicais e cinco representantes do governo (Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Coordenadoria de Mobilização Econômica, Carteira de Exportações do Banco do Brasil). Os oito delegados sindicais eram todos indicados pelos sindicatos patronais, de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e demais estados do Norte e Nordeste. Na prática, a Comissão suspendia o que ainda restava da legislação social e trabalhista ao transferir sua vigilância e execução para as mãos dos próprios empresários têxteis, que passaram a contar com os meios coercitivos legais, além dos extralegais tradicionais, para a manutenção da ordem. Os resultados foram realmente impressionantes: em 1940 a produção total de tecidos foi de 840.168.000 metros; em 1943, chegou a 1.414.336.000 metros; em 1945, mais de 1 bilhão e meio de metros de tecidos. Esse *boom* foi sustentado pela legislação de exceção, por uma produção intensiva e ininterrupta, por salários arrojados, pela presença de soldados armados dentro das fábricas e por um fornecimento contínuo de mão de obra trabalhando no limite das suas forças e operando máquinas obsoletas.

Em 1945, o MTIC realizou um inquérito sobre o funcionamento das indústrias têxteis que abrangeu 94,2% das cardas; 78% dos fusos; e 94,25% dos teares do país. As sessões de cardar funcionavam em média 14h55min por dia; as seções de fiação, 15h30min; e as seções de tecelagem 12h20min, embora em alguns estados os números fossem ainda mais elevados. (STEIN, 1979: 168) Segundo *O Observador Econômico Financeiro*, a indústria têxtil brasileira ganhou, nestes anos de guerra, mais de 1 bilhão de cruzeiros, embora existissem ainda em pleno funcionamento máquinas de 1870, e a idade média do maquinário utilizado na fiação e tecelagem fosse estimada em 30 anos. (*O Observador Econômico Financeiro*, n. 113, jun., 1945, pág. 6) Apesar dos ganhos astronômicos não havia a preocupação com o reequipamento e a modernização do maquinário da indústria, porque a lógica da sua lucratividade estava centrada na superexploração da mão de obra.

O Estado de Guerra, além de ser um instrumento eficiente para estancar as pressões vindas de baixo e evitar quaisquer revisões nas escalas de vencimentos, forneceu as condições políticas necessárias para a suspensão dos direitos civis e sociais. Se as “conquistas sociais”, durante todo o Estado Novo, haviam sido mais legais que reais, o Estado de Guerra evidenciou que esse campo legal era uma arena de disputas acirradas. E a própria decretação da CLT, feita com toda pompa e circunstância, teve um significado imediato apenas ideológico e simbólico, no entanto, poderoso. Foi em nome da unidade política, em nome da nação, em nome da família brasileira e, principalmente, em torno da ideia do inimigo comum, que se buscou o consenso, a harmonia e a obediência. O Estado de Guerra levou ao paroxismo os princípios do Estado Novo.

Contudo, em *Fundição* não há problemas ou contradições nas fábricas, não há insatisfação, excesso de trabalho, fadiga, superexploração ou maquinário obsoleto. Há apenas o pleno emprego, a possibilidade da realização pessoal, expressa na criação das novas máquinas. Nesse sentido, o romance é não apenas francamente industrialista, mas expressão enfática dos princípios estadonovistas. Os problemas e conflitos sociais não estão na fábrica, nas suas contradições, estão em outro lugar: na alta do custo de vida. Mas o aumento no custo de vida aparece como um fenômeno da natureza, como são as chuvas ou as secas, não sendo causado por nenhuma contingência humana.

### **Centro e subúrbio**

Um aspecto que acompanhava o exasperante aumento no custo de vida era a constatação de que ele aumentava ainda mais a já profunda divisão da cidade em duas partes irrevogavelmente separadas, e que a qualidade de serviços e produtos acentuava essa divisão. Uma coisa alimentando a outra.

Quando sua namorada, Teresinha, enfim consegue um emprego no centro da cidade, nas Lojas-Americanas, Bernardo faz a seguinte ponderação:

Entre a cidade e o Braz, aparentemente apenas há um riozinho, o Tamanduateí prosaico e barrento correndo num canal. Mas na verdade, entre a cidade e o Braz há separações mais profundas. É como se fossem duas cidades distintas. Quem vive sua vida no Braz nada sabe da cidade, de suas belezas e de seus confortos. Assim, quem vive na cidade, isto é, do outro lado do Tamanduateí, nada sabe da vida trabalhosa e infatigável do Braz, célula poderosa de trabalho que produz para o consumo da cidade, do Estado, do país... (p. 137)

As distinções centro e subúrbio emergem também, ao longo do romance, na oferta de possibilidades de consumo e serviços de um e na total deficiência e carência do outro, ligando ambos a um sistema de transporte superlotado e ineficiente: “O bonde não soltava passageiros. Parava somente para recolher outros, que iam espremer os de dentro (...) mas ninguém reclamava porque aquele aperto era de todos os dias” (p. 83).

Na proximidade do Natal, Teresinha e sua mãe Augusta, têm uma conversa motivada pelos altos preços que anunciavam um “Natal desolado para a família”. D. Augusta cozinhou castanhas e constatou que renderam pouco, “estão quase todas podres. Decerto é por causa do ano que foi de muita chuva”. Teresinha, que não se conformava com a pobreza, como sua resignada mãe, responde: “- ano de chuva nada. As castanhas estão podres, porque são baratas. Isso é exploração do comércio, porque na cidade tem muita castanha boa. É que são muito mais caras do que as do Braz...” (p. 169). Ao que parece, as crescentes dificuldades relacionadas ao aumento do custo de vida e à intensificação do ritmo de trabalho, acompanhada da deterioração geral das suas condições, acentuaram ainda mais a percepção de que a cidade era dividida em duas partes tão distantes entre si quanto a terra e a lua.

Quem mora no Braz e trabalha no Braz, não vem à cidade nunca, a não ser a passeio, quando deseja e pode. É que o Braz é uma cidade, com todos os seus órgãos normais e completos, funcionando independentemente do centro da Capital, ao qual ninguém precisa vir para fazer coisa alguma. (p. 74)

A cidade, ou seja, a contraface dos bairros operários, concentra diversos perigos. Em *Fundição* eles tomam forma no desejo de Teresinha, de trabalhar nas Lojas-Americanas e abandonar o bairro do Brás. A cidade representa para ela a possibilidade de ascensão social, de liberdade, de realização pessoal, expressa no abandono do trabalho fabril, e da abertura a um mundo de novidades, de elegância, de luz e de velocidade. Comparando o Brás e o centro com suas luzes de neon e sua vivacidade, ela diz: “A rua era mal iluminada e na penumbra apareciam como seres fantásticos as pobres árvores esgalhadas que se erguiam num dos passeios” (p. 78). A imagem remete a uma contraposição entre o atraso (do Brás) e o moderno (da cidade). E quanto maiores eram as dificuldades enfrentadas por sua família, quanto mais intenso era o trabalho fabril, quanto mais intenso o ritmo de trabalho, quanto mais altos os aluguéis, quanto menores os salários pagos, mais escuro ficava o Brás e mais claro e iluminado o centro da cidade.

Essa insatisfação, curiosamente, é partilhada por todos os membros da família de Teresinha. Seu irmão, ante os olhos desconfiados dos colegas da fábrica, torna-se jogador de futebol e seu pai, motorneiro e amante de velocidade, se envolve num acidente de trânsito, com vítima fatal, por dirigir em alta velocidade. Assim, todos os desvios comportamentais, anseios de evasão da vida suburbana e fabril são concentrados em uma única família, o que sugere que o inconformismo com a condição operária, com a pobreza e com a vida no subúrbio tem algo de hereditário, portanto não determinado pelas condições precárias, elas mesmas. Novamente, a contradição é contornada.

No bojo dessa percepção de uma cidade cindida é que emergem os dois problemas que configuram o mundo do trabalhador na trama do romance: de um lado, a escassa instrução dos operários “pouco sabia das coisas que se passavam longe de sua existência e dos seus negócios” (p. 138); de outro, a ausência de direitos e benefícios e as incertezas que essa condição impunha: “passavam a vida trabalhando e na velhice eram simplesmente jogados à miséria, porque o ordenado de operário nunca chegava para acumular economias” (p. 138). O

que une essas duas dimensões, e dá sentido à trama do romance, é o corporativismo.

Todavia, a verdade era que, esquecidos que haviam sido sempre, e resignados com esse esquecimento, o governo se lembrara deles, sem que fosse preciso, como na Europa, fazer revoluções, matar gente, destruir fábricas, para conseguir o reconhecimento daqueles direitos. Haviam obtido uma melhoria sensível e essa conquista não lhes custar nada. A melhoria viera sozinha, espontaneamente e tinha agora um caráter definitivo, pois ninguém mais no Brasil poderá desmanchar o que foi feito. (p. 139)

Os direitos sociais não emergem no enredo como resultado da organização ou da ação coletiva dos trabalhadores, mas como dádiva, como concessão generosa, sábia e espontânea daqueles que começaram a olhar para a condição operária, bem ao feito do Estado Novo.

### **Campo, cidade, migração e cortiços**

A conjuntura na qual a segunda edição do concurso foi realizada supunha não apenas o aumento do custo de vida, a entrada do Brasil na guerra, o crescimento da onda migratória interna, o deslocamento da indústria têxtil em relação à metal mecânica como setor industrial mais importante da cidade de São Paulo, mas também a outorga da CLT, em 1º de maio de 1943. No conjunto, esses temas modificam radicalmente a demografia da cidade. Bem como sua conjuntura política e social, dando ao romance *Fundição* suas particularidades de forma e conteúdo.

Bernardo, Francisco e Vicente migraram de Pirassununga, na década de 1920. Em sua cidade natal eram operários têxteis, mas em São Paulo os dois mais jovens tornaram-se metalúrgicos. Na capital, “todos os anos se abriam novas fábricas e havia trabalho em quantidade sempre crescente para todos quantos entendessem de mecânica, serralheria, fiação, eletricidade” (p. 20). A mudança da família fora decidida não porque os salários fossem maiores, no maior centro urbano do país, mas simplesmente pela maior oferta



de empregos. Mesmo uma mudança nesses termos não parece ter sido uma decisão simples, Bernardo conta ter consultado seus amigos de Pirassununga e seus companheiros na fábrica têxtil, e todos foram unânimes: “em aconselhá-lo a não sair do interior. Parecia-lhes uma terrível e fantástica aventura sair da fábrica de Pirassununga, para tentar a vida na capital “uma cidade enorme, de vida caríssima e na qual não se conheciam os outros” (p. 21).

Não estamos diante da clássica migração campo/cidade – em cuja origem estaria o trabalhador rural, seja como braço assalariado, seja como pequeno proprietário – a questão aqui é outra e o ponto de partida já é uma família operária e com experiência fabril consolidada. Suas aspirações estavam centradas na valorização das virtudes redentoras do trabalho duro e morigerado, na centralidade da família, na luta pela conquista da casa própria, na crença nas virtudes da educação como o principal meio de emancipação social. Traços típicos da classe trabalhadora brasileira de meados do século XX. Mas as condições reais que encontraram na capital não diferiam do que encontraram os imigrantes europeus no início do século: “havia famílias inteiras de dez doze pessoas morando em casas de quatro cômodos e, às vezes até menos” (p. 23). Baixos salários, moradia, transporte e ausência de serviços urbanos continuavam pontuando o dia a dia dos trabalhadores urbanos de São Paulo.

Paradoxalmente, o problema da moradia foi agravado com a decretação da lei do inquilinato em 1942, inaugurando o controle do Estado sobre os preços dos aluguéis, através de um congelamento por dois anos, “fazendo ainda retroceder aos preços vigentes em 31 de dezembro de 1941, todos os aluguéis que tivessem sido elevados a partir daquela data.” (BONDUKI, 1988: 111-112). O congelamento dos aluguéis foi renovado em 1944, 1945, 1946. O congelamento teve efeito imediato sobre o mercado de locações. Além de angariar apoio popular, o congelamento dos aluguéis talvez fizesse parte de uma medida mais ampla com o objetivo de deslocar os capitais investidos na construção de moradias populares para o setor industrial. A dimensão da população atingida pelo congelamento pode ser percebida nas estatísticas do I.B.G.E. de 1940: 75% da população domiciliada

na capital de São Paulo pagavam aluguel. (BERLINCK, 1975: 50) Afinal, diversas pesquisas mostravam que os gastos médios das famílias paulistanas com moradia giravam em torno de 20% a 25% dos salários. (BLAY, 1985: 104) Se a medida tinha o objetivo de ampliar a base de simpatias do governo, ela obteve sucesso imediato, pelo menos junto aos inquilinos. Porém, as consequências negativas não tardaram a aparecer. Com os aluguéis congelados, as construções populares destinadas à locação retrocederam. Além disso, os proprietários dos imóveis locados esmeravam-se em encontrar modos de burlar a lei do inquilinato, aumentando os aluguéis ou despejando moradores antigos.

Para que se tenha uma ideia do drama que envolvia a luta pelo teto em 1941, sociólogos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo realizaram um longo estudo sobre as condições de moradia na cidade. (PIERSON, 1942) A pesquisa comparava cem moradias de bairros pobres (Mooca, Canindé, Bexiga), com cem moradias dos bairros ricos (Higienópolis, Jardim América, Pacaembu). Para cada uma das casas foram feitas 118 questões, e as conclusões ilustram, tristemente, as condições de habitação dos trabalhadores da cidade.<sup>9</sup> Das 100 moradias pobres, 91 eram alugadas, sete eram próprias e duas cedidas por empréstimo de parentes e amigos. O número de cômodos, incluindo cozinhas particulares, era dois e meio por moradia. Foram encontrados seis casos com quatro moradores dividindo um único cômodo; outros três casos com cinco moradores por cômodo; cinco casos com seis pessoas ocupando um cômodo; três casos com oito habitantes; outros três casos com nove moradores dividindo um único cômodo e, por fim, um caso onde 11 pessoas dividiam o mesmo cômodo. Nestes “cômodos” estavam incluídas salas e cozinhas. Em 55 destas 100 moradias, as famílias cozinham em fogão de tijolos, usavam carvão, lenha, gasolina, álcool ou querosene. Dessas famílias, 24 não tinham cozinha própria,

---

<sup>9</sup> As 100 moradias dos bairros pobres estavam divididas em: 50 na Mooca; 25 no Canindé e 25 no Bexiga. Embora o estudo não revele o número total de moradores, é possível imaginar cada moradia sendo habitada, em média, por cinco pessoas, o que abrangeria um total de 500 pessoas, pelo menos.

muitas outras cozinham em seus próprios quartos de dormir, nos pátios internos e embaixo das escadas. Essas 100 moradias contavam com um total de apenas 18 tanques. Na Mooca, 32 famílias diferentes dividiam o mesmo banheiro; no Bexiga, 27; no Canindé, 20. Em apenas três, destas 100 “habitações”, o papel higiênico era de uso corrente.

Em 1944, foi realizado outro inquérito, agora pelo Serviço de Saúde, no distrito de Santa Efigênia, abrangendo 116 cortiços, a forma de moradia mais comum entre os trabalhadores, com um total de 706 quartos. Concluiu-se que: “a área de cada quarto era inferior a 10m<sup>2</sup>; 654 dos quartos não tinham janelas; cada quarto abrigava em média 4 a 10 pessoas; em 225 moradias havia apenas seis leitos; em outras 370 as cozinhas localizavam-se nos dormitórios. Nestes 116 cortiços havia 2.129 pessoas dividindo apenas nove banheiros, o que perfazia uma média de 236,5 pessoas para cada banheiro”. (CASTRO, 1944)

Também sobre o tema da moradia, o narrador de *Fundição* coloca na boca dos personagens referências vagas sobre as dificuldades com a questão, menciona os altos preços, alude à aglomeração, insinua a ausência de serviços urbanos, a péssima qualidade dos transportes, etc. Entretanto, nenhum desses problemas articula a trama, eles são descritos como pano de fundo sobre o qual os eventos se tecem.

## **Conclusão**

Iniciado pelo golpe de 10 de novembro de 1937, o período conhecido como Estado Novo caracterizou-se, entre outras coisas, pela acentuada preocupação com a constituição moral do que então se denominou “o Novo Cidadão” ou o “Cidadão do Estado Nacional”. Para isso, o Estado Novo assentou-se sobre quatro pilares: Pátria, Trabalho, Família e Anticomunismo. (DUTRA, 1990: 51) Esses foram os vetores através dos quais se buscava atingir as mentes e os corações da população, exorcizando as multiplicidades internas da sociedade, projetando a imagem da unidade, indivisão, coesão e harmonia; obtendo, assim, a eficiência almejada na racionalização do poder. Esses fantasmas suscitam

uma hipótese: se o comunismo é a palavra-chave que mobiliza um conjunto de forças que põem em prática um projeto ordenado e amplo, ele representa muito mais do que os membros de um eventual partido. Sob essa rubrica, estão condenadas centenas de inimigos não nomeados, sem rosto, sem lugar, sem tempo e sem espaço. A repressão e a violência, no Estado Novo, dirigem-se a todos aqueles que a pecha “comunista” permite abranger. (PINHEIRO, 1971: 18) O que os anos 30 e 40 efetivamente puseram em prática foi uma sofisticada máquina de despolitização das relações entre trabalho e capital, de modo a representá-la e retratá-la como um conjunto de questões técnicas desprovidas de conotações políticas. Atribuindo-lhes um estatuto natural e vinculando-as à constituição de uma sociedade corporativa que criminaliza o não trabalho, como o supremo desvio na construção da nova ordem, eis o eixo da ação estadonovista. Num certo sentido, *Fundição* é expressão do sucesso dessa empreitada.

Em dezembro de 1941, o advogado paulista Alexandre Marcondes Filho, foi nomeado ministro do trabalho, posto que ocupou até a deposição de Getúlio em outubro de 1945. Por um lado, a gestão Marcondes Filho representou o ápice do projeto estado novista, com um forte empenho em definir e controlar os canais através dos quais seriam discutidos os problemas relacionados à organização da produção e do trabalho; por outro, os anos da guerra – e mais especificamente o envolvimento de todo o continente, a partir de dezembro de 1941 – evidenciaram os limites desse projeto e colocaram no horizonte o seu fim. É nesse contexto ambíguo que o empenho na promoção de atividades culturais e de lazer para os trabalhadores adquire pleno significado.

É possível, inclusive, sugerir que entre 1941 e 1945 as promoções relativas aos trabalhadores e ao mundo do trabalho assumiram aspecto central na redefinição do próprio regime. Isso está expresso na nomeação, do mesmo Marcondes Filho, em julho de 1942, para ocupar também o Ministério da Justiça, centralizando as duas pastas. Assim, os concursos de romance e teatro são, portanto, parte de uma série de ações que se desdobrariam até 1945 e que podem ser pensadas como

componente fundamental daquilo que foi denominado “a invenção do trabalhismo”. (GOMES, 1988) É possível conjecturar também que uma das razões para a criação do concurso literário fosse o receio da disseminação de ideias “desorientadoras”, entre os operários, num contexto de debate político aberto. Nesse sentido, o concurso de romance e teatro (bem como todas as promoções culturais e esportivas do serviço de recreação operária: canção do trabalhador, cartilha do trabalhador etc.), podem ser interpretados como a assunção de que a simples força da repressão e do controle direto estariam com seus dias contados, sobretudo em 1944, quando a guerra já se encaminhava para o seu final. Por isso, o tema do trabalho é central em *Fundição*. (BRETAS, 2010)

O Estado Novo se constituiu com a promessa da integração dos elementos abstratos da realidade nacional. Portanto, é sua ação política que instituiria e constituiria, pela primeira vez na história do Brasil, a identidade nacional, integrando a nação numa unidade coesa e harmônica. A novidade nos anos de 1930, mas sobretudo depois de 1937, é que a discussão acerca da identidade nacional estará umbilicalmente vinculada ao mundo do trabalho. A constituição de 1937 estabeleceu o trabalho como um dever social e, conseqüentemente, criminalizou o não trabalho.<sup>10</sup> Não trabalhar nas condições e formas reconhecidas e estabelecidas pelo Estado significava permanecer à margem da sociedade. Além disso, a ausência de trabalho levaria à pobreza, sinônimo de inferioridade, porque resultado de uma opção pelo ócio. (TELLES, 1992) Os indivíduos nessa condição estariam excluídos do exercício dos direitos da cidadania. Afinal, “pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e proteção do Estado.” (ANDRADE, 1941) Ou seja, na esfera do trabalho, o homem encontraria paz, felicidade e prosperidade; fora

---

<sup>10</sup> “O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa.” Artigo nº 136 da Constituição de 1937. In: Vargas, Getúlio, [s.d.], p. 83.

dela, haveria o limbo social. Os direitos de cidadania emergiam subordinados ao universo do trabalho e regulados por ele. O pertencimento à esfera profissional, legalmente reconhecida pela burocracia estatal, fundaria os atributos do cidadão. Por isso, Wanderley Guilherme dos Santos enfatizou que o conceito-chave para compreendermos os anos 30 é o de “cidadania regulada.” (SANTOS, 1979: 75) Fica evidente que o mundo do trabalho é central para a configuração da noção de direitos e cidadania que se desenhou nas décadas de 1930 e 1940. Mais que isso, ele é uma espécie de prisma para o qual converge o tema da identidade nacional, e do qual refrata, o tema da cultura popular, que a ela corresponde.<sup>11</sup>

É nesse contexto que *Fundição* foi premiado. Trata-se de um romance verborrágico, cheio de adjetivações e de descrições, bem de acordo com a tradição retórica brasileira, em que as descrições para alcançar eficiência têm que atingir todos os sentidos, a partir de figuras que intensifiquem e tornem mais precisos cada um dos aspectos destacados e mencionado na descrição. (MARQUES, 1913: 200-207) Cabe sobre *Fundição* um comentário que Mário de Andrade teceu sobre o *Ateneu*, de Raul Pompéia: “estamos em pleno domínio do ‘como’ comparativo que, a gente percebe muito bem, menos que processo legítimo de pensamento e aproximação esclarecedora, é um mero cacoete de retórica, volúpia de brilhação”. (ANDRADE, 1974: 182) “Cacoete de retórica e volúpia de brilhação” descrevem adequadamente os excessos de *Fundição*. As descrições poderiam ter uma importância grande na economia formal da obra, desde que acrescentassem algo, que dissessem alguma coisa à trama, como parte da composição. Não é o caso; em *Fundição*, as descrições vão e vem sem qualquer acréscimo ao narrado. Assim sendo, elas parecem mais floreios retóricos:

---

<sup>11</sup> É grande a bibliografia sobre o tema da identidade nacional. Menciono apenas alguns trabalhos recentes a título de exemplo: NAGLE, 1976; ORTIZ, 1985; LAUERHASS Jr., 1986; LORENZO, COSTA, (Org.). 1997; MICELI, 2001; CAPELATO, 1998.

(...) pombas alvas voavam no céu enfumaçado, às vezes sumindo-se atrás das casas, às vezes reaparecendo no fundo do firmamento. Um vento leve mexia com as folhas de um limoeiro no quintal vizinho. E o limoeiro estava salpicado de flores, que exalavam um aroma delicioso.

Ou ainda,

A brisa que soprava, levemente, agitava e perturbava os choupos do parque, manchados de ferrugem e as folhas do choupo tremiam e giravam no eixo dois pecíolos, já tontas com a primeira embriaguez que a primavera trazia através do céu silente e cheio de estrelas, nas dobras de treva perfumada da noite eram, nas asas macias do vento leve que passava... (p. 108)

Descremem-se as ruas do bairro, os prédios do centro da cidade, as flores do Parque Dom Pedro II, mas, sobretudo a fábrica: “é o forno, como esses materiais e o ar violentamente soprado pelos ventiladores, começou a assobiar estridentemente, enquanto labaredas alaranjadas saiam pelo cimo da chaminé” (p.95). Em vários capítulos essa cena se repete, com variações e colorações distintas. Entretanto, nesse caso, o que importa é saber como e porque o autor optou pela descrição como um princípio fundamental da organização dessa obra especificamente.<sup>12</sup> Fica a impressão que o narrador deseja mostrar o quanto é dura, difícil e insalubre a vida na fábrica, mas ele não faz isso destacando as contradições e ambiguidades que organizam esse espaço, mas apenas descrevendo sua condição física geral: a fumaça, o ar carregado, as fagulhas do esmeril, o barulho e o calor. Ou seja, esses aspectos físicos não são encarnados em pessoas, situações ou acontecimentos, não se transmitem, nesse caso, em forma literária. Minha hipótese é que a opção formal pela descrição, nesse caso, parece ser a solução para um narrador que não tem o que dizer sobre as contradições reais que saturam o contexto, seja porque o narrador não as conhece, seja porque não as percebe. Portanto, o que há de ruim na fábrica não se deve

---

<sup>12</sup> Para um contexto muito diferente ver: (LUCKÁCS, 1965).

às pessoas, ou a suas ações, nem aos acontecimentos, nem às condições gerais que organizam a vida do estabelecimento, mas apenas à natureza do lugar e o tipo de produção que ali é feito. Essa escolha do narrador desloca as contradições e conflitos – que nunca são decorrentes das condições em que se trabalha – para a distinção “natural” entre homens e mulheres, entre casados e solteiros, entre pobres e ricos, entre centro e subúrbio.

O que talvez falte a *Fundição* seja a relação dialética entre forma estética e conteúdo social. Aquilo que a tradição de crítica materialista e dialética insiste em descrever como sendo a transmutação das condições sociais, políticas e culturais em forma literária. Mesmo quando lida com essas condições, *Fundição* o faz sem evidenciar as contradições que moldam o tempo. Essas condições não aparecem na narrativa como um precipitado ou como uma torrente de experiência vivida do tempo, na qual os elementos isolados estariam em solução inseparável do todo. Por isso, no romance as contradições não tomam forma, há divergências, diferenças de opinião, conflitos localizados, etc., mas sempre sua solução depende da boa vontade de um ou personagem ou do aumento da paciência de outro.

Mas há uma contradição fundamental na trama de *Fundição*: de um lado as inúmeras descrições do narrador da vida operária como cheias de orgulho e realizações individuais e coletivas (a descaroçadora de algodão e o fogareiro seriam suas materializações); de outro, as inúmeras tentativas de evadir-se dessa condição, da vida na fábrica e do subúrbio, como Teresinha, nas lojas americanas, o Caldas com suas fracassadas tentativas de se tornar cantor de rádio, Manoel, irmão de Teresinha, tornando-se jogador de futebol. Quando Manoel anuncia que foi contratado para jogar futebol profissionalmente e vai se despedir dos colegas, o narrador menciona:

Os outros operários moços ficaram olhando com uma infinita inveja (...). O futebol não significa somente seiscentos mil réis por mês – era o nome nos jornais e no rádio, a torcida nos gramados, a glória, aquelas coisas embriagadoras e deliciosas, que cem anos de fábrica e trabalho bem feito jamais poderiam dar. (p. 195)



Mas essas tentativas são, todas elas, de um modo ou de outro fracassadas: Teresinha “perdeu-se”, Caldas foi sempre um cantor frustrado, embora reconhecido pelos amigos e Manoel, como jogador deixou de trabalhar, pois, como destaca o narrador, “futebol não é trabalho”. O sentido do romance é, portanto, claro: a realização do homem está na sua capacidade de encontrar aquilo para o qual nasceu, sua própria natureza, contribuindo para o corpo social com suas capacidades; ao operário cabe trabalhar, produzir! Afinal, como diz um operário: “A vida é mesmo assim. Cada um nasceu para uma coisa...” (p. 250).

## **Bibliografia**

ALEM, Sílvio. *Os trabalhadores e a ‘redemocratização’: 1942/1948*. Dissertação – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1981.

ALMEIDA, Maria Hermínia de. *Estado da classe trabalhadora no Brasil 1930/1945*. Tese – FFLCH/USP, São Paulo, 1978.

ANDRADE Mário. O ateneu. In: *Aspectos da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1974.

ANDRADE, Almir de. A evolução política do Brasil. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano I, n. 01, mar., 1941.

ARAÚJO, Oscar Egídio de. Pesquisa entre motoristas, operários e contínuos da prefeitura de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, mai.-jun., 1947.

BERLINCK, Manuel. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BLAY, Eva Altermam. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BMTIC, mai., 1943.

BMTIC n. 102, fev., 1943.

BMTIC n. 106.

BMTIC, n. 110, out., 1943.

BMTIC, n. 120, ago., 1944.

BMTIC, n. 98, out., 1942.

BMTIC, n. 114, fev., 1944.

BONDUKI, Nabil. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BRETAS, Angela. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária, 1943-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

CAPELATO, Maria Helena *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO, M<sup>a</sup> Antônia de. Lares e Casas. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, vol. 82, 1944.

DUARTE, Adriano. Julho, 10! As artes da política e a política das artes nos anos 1940. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 544-570, jul.-dez., 2015.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil totalitário: ou a outra face na construção do Estado Novo*. Tese – USP, São Paulo, 1990.

GOMES, Castro Ângela. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

LAUERHASS Jr., Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1986.

LORENZO, Helena e COSTA, Wilma (Org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.

LUCKÁCS, Georg. *Ensaios sobre literatura*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARQUES, Xavier. A lei do estilo. In: *A arte de escrever*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

MELO, Luís Correia. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo: EPU, 1976.

O Observador Econômico Financeiro, n. 113, jun., 1945.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista, *Estudos Cebrap*, n. 2, out., 1972.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Pacheco, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora – MG*. Dissertação – FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. *Revista Dados*, n. 22, 1971.

PIERSON, Donald. Habitações de São Paulo: estudo comparativo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, vol. 82, 1942.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950*. Trad. Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. Tese – USP, São Paulo, 1992.

VARGAS, Getúlio. *A nova política brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, [s.d.].

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Drama from Ibsen to Brecht*. London: Hogarth Press, 1987.